

TURISMO NO ESPÍRITO SANTO: O QUE FALTA PARA REALIZAR O POTENCIAL INSCRITO NA SUA VOCAÇÃO

José Antônio Bof Buffon¹

Reviení Chisté Zanotelli Faé²

Resumo

O desenvolvimento territorial sempre é alvo de discussão e de uma variedade de estudos, artigos e teses. Não obstante aos modelos adotados ao longo dos anos nos processos de formação econômica, o surgimento do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social é um debate cada vez mais evidente. No entanto, transformar um território em um destino turístico ainda é um desafio e envolve questões que vão desde a atuação das instituições públicas e privadas até o engajamento da população local. Concatenar todas as variáveis envolvidas para que o negócio turístico alcance seu êxito não é uma tarefa simples. Nesse contexto, o papel de uma governança bem orquestrada se torna decisivo.

Palavras Chave: Turismo. Espírito Santo. Governança.

Classificação JEL: Z32

Sessão Temática: Economia regional e urbana.

Abstract:

Territorial development is always the subject of discussion and a variety of studies, articles and theses. Despite the models adopted over the years in economic formation processes, the adoption of tourism as an alternative for economic and social development is an increasingly evident debate. However, transforming a territory in a tourist destination is still a challenge and involves issues ranging from the actions of public and private institutions to the engagement of the local population. Concatenating all the variables involved for the tourist business to achieve success is not a simple task. In this context, the role of well-orchestrated governance becomes decisive.

Keywords: Tourism. Espírito Santo. Governance.

JEL Code: Z32

Thematic Session: Regional and urban economy.

¹ Economista; bofbuffon@gmail.com

² Economista; revieni@yahoo.com.br

1. Introdução

A complexidade da dinâmica do desenvolvimento territorial sempre é alvo de discussão e de uma variedade de estudos, artigos e teses. As teorias são amplas e trazem elementos de concordância e crítica sobre a construção histórica e o processo de formação econômica e social de uma localidade. No entanto, não cabe ao presente artigo o aprofundamento dessas variantes, não pela grande relevância que trazem para o debate, mas por concluir que todas nos trouxeram até o presente momento. Como diz o cientista social Fernando Conrado (2023) “não é o futuro que puxa, é o passado que empurra”, ou seja, se deve olhar para o passado, buscar corrigir as distorções e seguir em frente com a intenção de proporcionar um futuro diferente e melhor. Nesse momento entram os esforços para a construção do futuro levando em consideração os prós e contras do passado, os atores envolvidos e o estágio de organização atual. O objetivo principal desse artigo é somar elementos de análise para a evolução econômica do Estado do Espírito Santo e contribuir para a discussão do desenvolvimento da atividade turística capixaba.

Na grande maioria das vezes, ao se analisar esse contexto entra em pauta o debate sobre a vocação. Essa palavra, que é definida como “disposição natural e espontânea que orienta uma pessoa no sentido de uma atividade, uma função; propensão, tendência” (VOCAÇÃO, 2023) e, em outra definição, “é o chamado à essência, à habilidade natural. Diz respeito à facilidade que uma pessoa tem de realizar uma tarefa com excelência, dado que já possui um dom para aquela atividade” (IBMEC, 2021).

Aplicando-se às territorialidades, de acordo com Lira e Escudero (2012) “a vocação local é o resultado dos aspectos naturais e antrópicos existentes. O desempenho da vocação possui caráter multissetorial, envolvendo fatores econômicos, sociais, culturais, políticos, ambientais e geológicos, que representam a capacidade e o potencial que tem a localidade para o desdobramento dessa condição pré-existente”.

No entanto, a vocação por si só não promove o crescimento econômico, é preciso ir além. Assim, ela pode ser considerada um ponto de partida, mas seus desdobramentos passam pelo conceito de potencial que, diferente do outro, mostra um horizonte mais ilimitado de oportunidades. Na discussão empenhada nesse artigo os conceitos são complementares. Sobre esse assunto, Gomes (2016) traz uma ligação interessante entre eles, afirmando que:

A vocação econômica se baseia na forma tradicional de se produzir e ofertar produtos, baseados na história local e no como se sabe fazer até hoje. Já o de potencialidades partem de oportunidades que poderiam ser trabalhadas internamente e oferecidas ao mercado, ajustando e usando pontos fortes e fracos daquele território. Partimos para algumas ideias interessantes e tratamos de identificar formas de dar-lhes êxito. Trabalhar potencialidades de desenvolvimento econômico partilha os mesmos princípios da inovação empresarial. Enquanto a vocação limita nossos pensamentos e estratégias, as potencialidades são ilimitadas, ou limitadas apenas pelo alcance das visões de futuro e percepções de capacidade de fazê-las acontecer.

O desenvolvimento econômico – de países e regiões – objeto de inúmeras controvérsias teóricas e estatísticas no decorrer dos últimos anos, antes de qualquer coisa, só pode ser realizado e entendido como desenvolvimento social. Ou seja, a realização de algo presente na sociedade, já inscrito nas pessoas, nas instituições, na base material e produtiva de determinada sociedade. Nesse contexto, entende-se que a vocação regional é uma direção para a promoção das atividades econômicas em uma localidade. Mas possui um sentido mais estático, um elemento posto. Não obstante a importância de se considerar a capacidade de fazer acontecer deve-se atentar às possibilidades, que são muitas. Certamente a vocação traz um caminho, mas a busca por realizar e trazer elementos para além do vocacional deve ser constante observando-se, assim, as potencialidades.

Em qualquer que seja o ângulo, a escala ou a experiência histórica observa-se que para o processo de desenvolvimento de determinada sociedade concorrem fatores determinantes e fatores condicionantes. Fatores determinantes são sempre os fatores internos, endógenos, aqueles próprios, característicos e

constitutivos de cada realidade. Estes, sejam favoráveis ou contrários ao processo de desenvolvimento, vinculam-se às variáveis que estão sob o controle do sujeito do processo – a própria sociedade, por intermédio de suas práticas e de suas instituições. Os fatores condicionantes, por sua vez, são os fatores externos, exógenos – são as variáveis fora do controle do sujeito do processo de desenvolvimento (de determinada localidade, município, região ou país). Da mesma forma que os fatores internos, os fatores externos também podem ser favorecedores ou constrangedores do processo de desenvolvimento. Dentro desse contexto que estão baseadas as discussões do presente artigo sobre o entendimento do turismo como vocação, como potencial e por fim, como uma atividade capaz de trazer aos territórios uma alternativa, adicional ou principal, para o seu crescimento econômico e social.

A atividade turística de forma estruturada é relativamente recente no Brasil e no mundo. No Espírito Santo, a década de 50 foi a que mais registrou sinais do início do turismo, mesmo que em sua forma mais simples. A partir da segunda metade da década de 60 começou a se estruturar melhor, mas foi nos anos 2000 que foi formulado o primeiro Plano de Desenvolvimento do Turismo do Espírito Santo, com aspectos ligados às responsabilidades e papéis definidos das instituições e profissionais que atuariam em sua promoção. Mas, até os dias de hoje, o turismo é entendido como uma atividade que necessita de interveniências governamentais, institucionais e/ou financeiras, para funcionar. Mas, o tipo de pergunta que fica é, será que passados mais de 20 anos não é preciso buscar uma perspectiva diferente? Que tipo de incentivo é mais produtor? Qual é o papel da governança no cenário atual? Quais são os papéis e responsabilidades? Qual o esforço ainda precisa ser feito para tornar os municípios do Espírito Santo em destino turístico? São perguntas que deixam uma reflexão, ou melhor, uma provocação.

Nesse contexto, é preciso ter em mente que, como corroborado por Cooper (2007) *apud* Silveira (2016):

O destino é a razão de ser do turismo, onde uma série de atrativos especiais se distingue do cotidiano por sua importância cultural, histórica ou natural. Essa força de atratividade para visitação dos destinos turísticos energiza todo o sistema turístico, incentivando a demanda pela viagem na região emissora. Assim, é no destino que acontecem as inovações no turismo – como o desenvolvimento de novos produtos e apresentação de novas experiências.

Para essa análise, o artigo traz uma reflexão sobre o surgimento do turismo como atividade econômica nas referências bibliográficas do Brasil e do mundo. Também resgata o surgimento do turismo no Espírito Santo dentro de um breve histórico da formação econômica. E parte da discussão histórica para identificar pontos de análise para repercutir o turismo como atividade econômica no Estado. Posteriormente buscou-se ilustrar a discussão proposta com dois levantamentos feitos pelo Serviço Social do Comércio do Espírito Santo (SESC-ES) dos municípios de Domingos Martins, ao sul do Estado, e Conceição da Barra, ao norte, na qual foram levantadas questões utilizadas como objeto de análise sobre a atuação do turismo no desenvolvimento regional das localidades. Por fim busca-se refletir de que forma o turismo pode desenvolver seu potencial e definir melhor o papel da governança para que ele se transforme efetivamente em uma fonte de geração de renda e prosperidade para as populações dos municípios capixabas.

2. Desenvolvimento

2.1. Surge o turismo no Brasil e no mundo e, com ele, suas complexidades

Os historiadores admitem que o turismo de massa se iniciou na Inglaterra durante a Revolução Industrial, com a elevação do padrão de vida das populações e o despertar da classe média diante do transporte relativamente barato. É um fenômeno basicamente do século XX, favorecido pelos desdobramentos da indústria aérea comercial, após a Segunda Guerra Mundial e a subsequente era dos jatos na década de 1950, que permitiram alavancar o crescimento da atividade e a expansão das viagens internacionais (THEOBALD, 2002 *apud* MÜLLER *et al.*, 2011).

No Brasil o turismo deu seus primeiros passos durante a década de 1950. Já nessa época se observa a atuação do setor fomentada pela intervenção estatal, que se fez sentir tanto na criação de órgãos e instituições normativas e executivas, quanto na produção do espaço, fornecendo uma estrutura mais ampla e sistemática da atividade, surgindo, por exemplo, os órgãos municipais de turismo (MÜLLER *et al.*, 2011).

Outra evidência do início da estruturação da atividade é que em agosto de 1955 foi criado o Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CETUR-CNC), reunindo formadores de opinião, representantes de entidades empresariais, instituições educacionais e organizações governamentais. Surgiu com o objetivo de ser um órgão consultivo do governo, assessorar o setor e estudar os principais desafios para o turismo no Brasil.

Mas foi na década de 1960 que o setor se tornou uma realidade no país, com o grande desenvolvimento da indústria automobilística e da malha rodoviária, fatores que levaram à ampliação das viagens internas para uma grande quantidade de pessoas. A partir disso, os serviços turísticos no Brasil começaram a se estruturar e os turistas estrangeiros passaram a desembarcar no país em maior número, atraídos pela imagem de um lugar repleto de belas praias, boa música, futebol marcante e, principalmente, habitado por um povo acolhedor. Junto a isso se deu o processo de expansão da aviação comercial, colocando o Brasil como um dos principais destinos do mundo, pela sua ampla conectividade aérea (EMBRATUR, 2023).

O livro intitulado “Turismo no Brasil: uma história de resistência e conquistas”, lançado em 2022 pelo CETUR-CNC (2022), trouxe um levantamento de dados e informações históricas sobre o turismo brasileiro, fazendo uma retrospectiva, década por década, desde os anos 50 até os anos 2020 chegando até a análise do impacto da Pandemia do Coronavírus.

Observa-se que o maior dinamismo da atividade turística possui uma interligação forte com o desenvolvimento dos meios de transporte e também com a evolução da renda per capita. Foi a partir disso que as pessoas passaram a se deslocar de forma mais frequente e ágil, possibilitando a visitação e o conhecimento de um lugar diferente do que aquele em que se morava, para realizar uma experiência de forma voluntária, por motivações pessoais envolvendo, para tanto, o consumo de bens e serviços, surgindo o personagem do turista.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), em 1994, formulou um conceito de turismo que se tornou referência para a elaboração das estatísticas internacionais: o turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. No entanto, os significados de turista e de turismo para além das estatísticas do setor não são únicos e é alvo de amplas discussões e abordagens. Embora se encontrem diferentes conceitos de atividade turística, de modo geral, eles incluem três aspectos básicos, que são: o físico (local), o tempo e o indivíduo (SANTOS, 2010).

A compreensão da atividade turística e dos seus efeitos correlacionados é um desafio em todo o mundo desde o seu surgimento por sua característica transversal, já que é uma atividade capaz de impulsionar todos os outros setores da economia de um território. Nos dias de hoje está cada vez mais claro que através dela é possível, quando bem estruturada e organizada, criar oportunidades para toda uma cadeia de consumo de bens e serviços, impactando a atividade econômica, gerando empregos e renda para a população.

Theobald (2002) *apud* Santos (2016) afirma que “o turismo é um produto multifacetado, pois inclui acomodação, transportes, restaurantes, facilidades de compras, atrações turísticas, apoio de infraestrutura pública e o modo de vida da comunidade hospedeira, e só pode ser bem-sucedido se existir uma sintonia entre esses setores que proporcionem satisfação ao cliente – o turista”. O autor Santos (2016), inclusive, traz em seu trabalho uma importante discussão sobre o papel das políticas públicas e a gestão do turismo em um território, explicitando a forte correlação entre essas duas frentes.

Complementa nesse contexto a percepção de Moesch (2005) de que é preciso atentar para como foram construídas e interpretadas as definições de turismo “que ora é uma indústria, ora um conjunto de turistas, ora todos os equipamentos de serviços e entretenimento”. Também fazem parte “as organizações privada e pública; as campanhas de promoção; a criação de centros de informações e de escolas específicas, entre outros”. O avanço do “fenômeno turístico” permite vislumbrar possibilidades de crescimento das diferentes regiões, corroborando-o como uma atividade de “forte apelo econômico”. Uma vez que quanto mais ele cresce, mais gera novas necessidades: hotéis, estradas, comunicações, restaurantes, artesanatos, entretenimento, gerando uma espiral de bens e serviços, os quais, para servirem os turistas, requerem mão de obra qualificada. Por fim, a atividade turística deve ser muito bem organizada, pois é capaz de produzir inúmeros efeitos positivos, mas também muitos outros efeitos negativos junto às comunidades receptoras.

Por sua complexidade, logo se observa a necessidade de uma governança bem estabelecida, com um arranjo institucional sofisticado de forma a construir e orquestrar toda essa dinâmica. **Diante disso ressalta-se que para desenvolver o potencial e tornar uma localidade em destino turístico muitas variáveis devem ser consideradas e devidamente concatenadas, tais como: um mínimo de vocação, um mínimo de estímulos públicos e privados, um mínimo de planejamento e governança entre todos os agentes envolvidos, sem se desprender da relevância da participação da comunidade local.**

2.2. Espírito Santo: breves traços econômicos

Sabe-se que, durante todo o século XIX, o Brasil manteve a posição de maior produtor mundial de café e a economia do Espírito Santo estava bastante vinculada a essa conjuntura, com o também predomínio da atividade cafeeira em sua economia. Se por um lado a economia capixaba até 1930 estava voltada quase que exclusivamente à atividade cafeeira para exportação, por outro, esse tipo de atividade não proporcionou a acumulação de capital suficiente para impulsionar as indústrias locais e as que existiam acabavam por atender apenas o pequeno mercado local.

De acordo com Rocha e Cosseti (1983), grande parte dos estabelecimentos agrícolas era de pequenas propriedades, principalmente familiar. A propriedade da terra era pouco concentrada, reflexo da colonização europeia baseada em pequenos lotes. Essa pequena propriedade produtora de café baseada na mão-de-obra familiar não permitiu a constituição de um mercado de trabalho, com trabalho assalariado, e de métodos modernos de produção.

No transcorrer das décadas de 1940 até 1950, segundo Buffon (1992), a expansão cafeeira atinge seu apogeu, esgotam-se as terras propícias no Sul, Centro e Norte e iniciava um período de decadência da cafeicultura no Espírito Santo que duraria até a década de 1960. Ao mesmo tempo foram surgindo novas fontes de dinamismo para a economia do Estado. Para Rocha e Morandi (1991) é nesse contexto que a indústria ressurgiu de forma mais ativa no Espírito Santo, proporcionada pelo Plano de Metas do governo federal e pela viabilização de projetos proporcionados pela erradicação dos cafezais, com a criação de incentivos fiscais e retomada da economia brasileira em 1967. Essas políticas promoveram a busca por alternativas ao café, que provocou a criação de pequenos negócios comerciais e industriais.

A partir de 1970, de um estado agrário-exportador baseado no café, o Espírito Santo passa a integrar efetivamente o processo de industrialização. Mas transformações mais significativas vieram a ocorrer somente na segunda metade da década de 1970, quando foram adotadas diversas políticas de incentivos. A partir daí as políticas de desenvolvimento capixaba passaram a modificar a estrutura produtiva e a representar um esforço rumo ao crescimento industrial. Rocha e Morandi (1991) destacam que o crescimento do investimento privado e público se aproveitou das condições favoráveis de localização do Espírito Santo e da presença de um forte sistema de incentivos, possibilitando a implementação de vários projetos industriais no Estado.

Esse movimento industrial capixaba foi mostrado em Mota (2002) que discorre sobre o sistema estadual de fomento e sobre o movimento de atração de grandes empresas (“Grandes Projetos”), com a construção

do Porto de Tubarão (em 1966), Aracruz Celulose (em 1979) e a CST (em 1983). Projetos estes que trouxeram um grande salto industrial para o Espírito Santo.

Com isso, na década de 1980, mesmo com crise na economia brasileira, o Espírito Santo foi um dos Estados que conseguiram manter-se em crescimento. Esse movimento foi possível pelo aumento da participação relativa das exportações capixabas no total nacional, pela maturação dos Grandes Projetos e pela variação estrutura produtiva local. E nesse contexto foram surgindo os centros tecnológicos, programas de apoio ao desenvolvimento tecnológico, banco de fomento, que junto com entidades já existentes como Sebrae/ES e Universidade Federal do Espírito Santo formariam um núcleo de desenvolvimento tecnológico e moderno.

Mas o processo de industrialização que era visto com grande potencial da época para trazer ao Estado um novo patamar de desenvolvimento não obteve o êxito esperado. A atuação das organizações foi marcada pela desarticulação, despreparo e desinteresse dos atores envolvidos. Isto é, todo o ambiente criado não funcionou efetivamente. Entre os fatores que fizeram com que essas promissoras políticas não gerassem os resultados esperados estão: a criação de todas as organizações foi feita num mecanismo chamado “de cima para baixo”, ou seja, a maioria delas não incorporou as especificidades locais; os programas do governo estadual não possuíam estratégias de ação bem definidas em relação às políticas locais de desenvolvimento; e a não aproximação das entidades criadas e das já existentes com a estrutura produtiva e o empresariado local, provocando divergências de objetivos (MOTA 1997).

A partir dos anos 90, o Estado passou por nova transformação devido à abertura comercial, na qual os aspectos regionais passaram para último plano e as atenções se voltavam para o movimento de globalização mundial. Diante disso, nessa época, foi se criando um conformismo de que a opção de desenvolvimento não local, ou seja, dependia mais de algo externo. Segundo Caçador e Grassi (2009), o início do século XXI mostrou um Espírito Santo com bom dinamismo econômico, sendo superior à média nacional e fortemente integrado com os mercados nacional e internacional. Boa parte deste crescimento deveu-se ao desempenho das commodities (minério de ferro, aço, celulose, e mais recentemente, petróleo e gás). No entanto, avaliam que a economia capixaba ainda não fazia parte do grupo verdadeiramente mais dinâmico da economia brasileira, apesar de várias medidas importantes dos governos estaduais nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Entre idas e vindas, as tentativas de promoção do desenvolvimento econômico do Espírito Santo perpassaram pelo protagonismo das várias atividades econômicas e cada uma delas foi deixando sua contribuição no processo de formação econômica do Estado. Definidas ou não por variáveis exógenas, trouxeram o Estado à posição em que está no presente momento. Não obstante as controvérsias sobre os modelos adotados ao longo dos anos e que o fizeram chegar até aqui, o Estado hoje possui uma economia diversificada composta por cadeias produtivas do petróleo e gás, siderurgia e mineração, celulose, rochas ornamentais, moveleiro, confecções, café e fruticultura, e um grande potencial turístico.

No entanto, nesse contexto se depara novamente com a necessidade de reequilibrar a sua equação de desenvolvimento, que combine as várias vocações e potencialidades encontradas em seu território, ponderando a atuação de pequenas, médias e grandes empresas (“Grandes Projetos”), nos setores da agricultura, comércio, serviços, indústria e turismo. Especialmente nesse momento em que as inovações vem acontecendo de forma mais acelerada com o advento das tecnologias a modernização dos processos é fundamental. Nesse sentido, a economia do Estado é considerada periférica em termos de geração de conhecimento e, conseqüentemente, agrega pouco ao processo produtivo.

2.3. O turismo no Espírito Santo

Interessante observar que existem poucas informações sobre o surgimento do turismo como atividade econômica em terras capixabas. Raros foram os autores que o abordavam como um setor em seus trabalhos sobre a formação econômica do Espírito Santo. No entanto, têm-se algumas pistas de que na

década de 50 já existia turismo no Estado na sua forma mais básica, caracterizada por fluxos espontâneos de pessoas entre o interior e o litoral. Essa época também foi marcada pelas inaugurações do Hotel Radium em 1953, no município de Guarapari, e do Hotel Imperador em 1955, no município de Domingos Martins.

Mas, somente a partir da segunda metade da década de 60, algumas medidas foram tomando forma na busca por organizar a atividade turística no Estado do Espírito Santo e evidenciar suas potencialidades. Em julho de 1967, foi criada a Lei Delegada nº7 que definiu a Política Estadual de Turismo, organizou o Conselho Estadual de Turismo (CONESTUR) e criou a Empresa Capixaba de Turismo (EMCATUR), entre outras providências. No entanto essa lei foi revogada pela lei nº 2700/72, que depois foi revogada pela lei nº 2997/75 (ESPÍRITO SANTO, 1975). Outras iniciativas públicas e privadas foram surgindo ao longo das décadas de 70, 80 e 90.

De acordo com Silva (2004):

Em 1977 a Fundação Jones dos Santos Neves apresenta um estudo denominado “Algumas Prioridades Imediatas para o Desenvolvimento Turístico do Espírito Santo”. Em 1989 as responsabilidades das ações estatais do setor turístico é transferida para a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ciência e Tecnologia (SEICT). Em 1991, o turismo passa a ganhar o status de segmento econômico de importância estratégica para o desenvolvimento do Estado, com a criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDES). Ao mesmo tempo SEBRAE-ES incentivava. O BANDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social do Espírito Santo) realizou um estudo sobre a ocupação hoteleira capixaba, apontando as prioridades de investimentos. Em 1993 é criada a Câmara Estadual de Turismo e inicia-se o processo de descentralização do turismo, atendendo a uma das macroestratégias governamentais para o setor e em março de 1994, lança em Vitória o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Em 1998 é criado do Espírito Santo Conventions & Visitors Bureau, destinado a incrementar o turismo de eventos no Estado.

O 1º Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo foi elaborado em 2003 e serviu para orientar as ações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) com relação às atividades do turismo capixaba no período 2004-2005. A elaboração do plano de turismo insere-se no contexto do processo de planejamento estratégico do governo estadual. Em 2006, a SEDETUR entendeu que uma atualização do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo 2025 era necessária, a fim de avaliar suas ações no setor. O documento balizou as ações programáticas do setor de turismo até 2010 e são evidentes os avanços alcançados no “caminhar” para o “futuro desejado” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 2025).

De lá para cá, muitas estratégias foram estabelecidas e alguns planos foram elaborados. Há de se reconhecer que foram muitos os avanços alcançados através dos planos construídos pelos governos do Estado ao longo dos anos. Mas ainda hoje se observa que esses esforços não obtiveram êxito no sentido de transformar o Espírito Santo em um reconhecido destino turístico. Além disso, até mesmo os debates mais atuais costumam abordar o turismo capixaba de forma potencial, ou seja, como algo a ser desenvolvido no Estado e como uma vocação pouco explorada.

Historicamente, o Espírito Santo possui uma mistura de diferentes culturas, com uma composição variada de tradições e costumes. Além disso possui atrativos que vão do mar à montanha, com belos vales e mares, com as mais diversas e belas paisagens naturais, atrações turísticas e culturais, além do patrimônio geológico e saborosa gastronomia. Sempre com essa unânime visão sobre o grande potencial para a atividade turística capixaba, o Estado foi dividido em dez regiões turísticas. Segundo a Secretaria de Turismo do Espírito Santo (SETUR-ES):

O Espírito Santo está dividido em dez Regiões Turísticas que, ricas em sua diversidade, unem lazer, negócios, eventos, gastronomia, cultura, história e belezas naturais. A combinação distinta do mar com as montanhas, o contraste entre tradição e modernidade, agitação e tranquilidade, esportes e eventos culturais, entrelaçam um roteiro imperdível e cheio de aventura, descobertas e muita diversão. As peculiaridades de cada município são reveladas através das belas praias, cachoeiras incríveis, culinária diversificada, entretenimento e, principalmente, dos diferentes tipos de clima. Em 40 minutos é possível sair do clima quente das praias e da autêntica moqueca capixaba, para apreciar o aconchego das montanhas com direito a pratos alemães e italianos e um bom vinho. A tudo isso pode-se acrescentar atrações das mais variadas, como: esportes radicais (rafting, rapel e voo livre); o ecoturismo; agroturismo; o turismo náutico; festas religiosas, culturais e musicais; e o patrimônio histórico-cultural capixaba.

Ao final de 2020, foi lançado o Indicador de Desenvolvimento Turístico nos Municípios do Espírito Santo (IDTM-ES), uma iniciativa do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo (SETUR-ES), que teve por objetivo desenvolver uma metodologia aprimorada para construção de um índice que sintetizasse o nível de desenvolvimento da atividade turística nos municípios do Espírito Santo. O indicador foi um desdobramento do Programa de Avaliação Turística dos Municípios do Espírito Santo lançado pela Setur em 2014, que também tinha por objetivo determinar o nível de desenvolvimento do turismo nos municípios do Estado. O índice avalia o município sob quatro dimensões principais: social, ambiental, infraestrutura e gestão.

Com cinco níveis de classificação (A, B, C, D, E), os resultados do IDTM-ES mostraram que dos 78 municípios do Estado, somente 13 foram classificados com o melhor indicador de desenvolvimento turístico, ou seja, na categoria “A”. Dentre eles, a maior concentração ficou na região Metropolitana, constituída de 07 municípios com apenas 1 município na categoria C e todos os outros na categoria A (Vitória e Vila Velha) e B (Fundão, Serra, Cariacica e Guarapari). Estes são os que apresentam as melhores condições para o desenvolvimento das atividades características do turismo. Os outros 11 classificados como categoria A foram: Linhares, Aracruz, Colatina, Santa Teresa, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Castelo, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Alfredo Chaves e Piúma.

Outra estatística relevante é do Mapa do Turismo Brasileiro (2023), na qual o Espírito Santo aparece com 70 dos seus 78 municípios considerados como turísticos. No entanto, apenas um município se encontra na categoria “A”, onde estão reunidos os municípios com maior desempenho da Economia do Turismo. Esse município é Vitória que, não obstante suas reconhecidas características turísticas estaria nessa categoria por ser a capital do Estado. Outros 11 estão na categoria “B”, 10 estão na categoria “C” e os demais 48 nas categorias “D” e “E”. Quanto mais próximo do “A” maior é o desempenho da Economia do Turismo no município, por outro lado, quanto mais próximo do “E” menor é o desempenho do município. Apenas para breve conhecimento, os municípios são avaliados em cinco critérios selecionados para categorização: quantidade de empregos gerados pela atividade, número de estabelecimentos de hospedagem, quantidade de visitas estimadas nacional e internacional e arrecadação obtida pela atividade no município.

E um estudo mais recente realizado no Espírito Santo, o Projeto de Desenvolvimento Regional do Sustentável (DRS) divulgado em novembro de 2022, buscou identificar vários caminhos de atuação para as regiões capixabas e em muitas delas foi destacado o turismo como possível atividade econômica. O Projeto DRS/ES resultou do planejamento sintetizado pelo Plano ES 2030, com o princípio de garantir a aderência aos acordos previamente estabelecidos nas microrregiões e consolidados nas peças do Planejamento Estratégico e no Plano Plurianual (PPA 2020-2023). Nesse estudo, para todas as nove microrregiões do Espírito Santo apareceram demandas relativas ao desenvolvimento do potencial turístico nos municípios, com demandas que vão de cursos especializados até criação de roteiros, infra-estrutura, elaboração de planos de desenvolvimento regional do turismo, entre outras.

O que esses estudos demonstram é que com o passar dos anos e após vários planos direcionados ao desenvolvimento da atividade turística no Espírito Santo, há muito ainda a ser feito. Mas qual serão os rumos das discussões iniciadas? Qual o caminho para medidas mais efetivas? Qual a reflexão se faz dessa breve discussão sobre o turismo no Estado do Espírito Santo? O que é necessário além das políticas públicas estaduais? Em fim que ainda precisa ser feito para que o Espírito Santo se torne um reconhecido destino turístico nas rotas brasileiras e até internacionais?

Pelas discussões até aqui apresentadas fica claro que para o desenvolvimento da atividade turística não basta a atração de fluxo de pessoas. Fica claro também que somente ter planos e estudos, mesmo que bem feitos, no papel não passam de uma “carta de boas intenções”. Fica ainda mais claro quando, ilustrados por dois estudos de caso apresentados a seguir que, para que um município se torne efetivamente turístico é necessário um envolvimento muito grande de todos. Requer também o entendimento e a vontade daquela sociedade de transformar uma movimentação, que muitas vezes já acontece organicamente, em uma atividade econômica, ou seja, em algo que realmente transforme o território em destino turístico, trazendo o crescimento econômico, desenvolvimento social e benefícios para a sociedade.

3. Estudos de Caso: Domingos Martins-ES e Conceição da Barra-ES

Os estudos de caso apresentados a seguir fizeram parte do planejamento estratégico do Serviço Social do Comércio do Espírito Santo (SESC-ES) sobre a atuação do turismo nos municípios de Domingos Martins, ao sul do Estado, e Conceição da Barra, ao norte (não publicado). Os levantamentos foram realizados no ano de 2017 e 2018 trazem a percepção de agentes locais sobre o estágio de desenvolvimento da atividade turística nos municípios, mas sugerindo uma relevante reflexão sobre todos os pontos que tangem o desenvolvimento da atividade turística nos territórios.

3.1. Domingos Martins-ES: uma referência turística nas montanhas capixabas, será?

O município de Domingos Martins está localizado na região serrana do Estado do Espírito Santo, conhecida como região das montanhas capixabas, a cerca de 45 km de distância da capital Vitória. A sede do município fica em Campinho e foi a primeira colônia fundada no Estado por imigrantes alemães e italianos que vieram em busca de melhores condições de vida. A principal via de acesso terrestre é a rodovia BR 262. Com sua temperatura amena e com extensa cobertura de Mata Atlântica, o município é conhecido por ter o terceiro melhor clima do mundo. Em Domingos Martins encontra-se também a famosa Pedra Azul que leva este nome por causa das suas diferentes tonalidades dependendo da luz do sol. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população estimada do município de Domingos Martins, em 2020, foi de aproximadamente 34 mil habitantes.

O levantamento realizado pelo SESC-ES conversou com um público diverso. Foram cerca de 40 formadores de opinião na sede do município entre eles, empresários, profissionais liberais, associações, instituições religiosas, agentes públicos (vereadores e secretários municipais) e produtores rurais.

A pesquisa apontou que Domingos Martins possui uma agricultura bem diversificada com o cultivo de hortaliças, café, morango e produção de frango e ovos. Para 97% dos entrevistados a agricultura é uma das principais atividades econômicas do município, sendo exercida na sua maior parte no interior. Já o turismo apareceu em segundo lugar sendo considerado por 76% dos respondentes como a principal atividade econômica do município. Interessante observar que mesmo considerando o turismo como uma atividade econômica importante, uma parte dos entrevistados pontuou que ainda é uma atividade informal e pouco organizada. Até por isso, foi apontado como a segunda prioridade a ser trabalhada com o objetivo de desenvolver o município, ficando atrás apenas da questão da Saúde.

Apesar de toda a identificação do município com a atividade, ficou claro que o turismo é visto de forma potencial, ou seja, que tem questões a serem desenvolvidas. Outra pergunta que corroborou essa situação

foi o questionamento sobre quais as instituições (públicas e/ou privadas) seriam as mais atuantes do município. Em primeiro lugar apareceu a empresa privada de software E&L, por ser a maior empregadora da localidade e, em segundo lugar, a Prefeitura Municipal de Domingos Martins. Quando questionados sobre oportunidades e as possíveis potencialidades econômicas que o município ainda tem a desenvolver, quase 80% dos entrevistados afirmaram acreditar que o turismo é uma vocação do município e que ainda possui potencial para ser desenvolvido.

Ainda nesse contexto, quando questionados sobre os principais pontos que precisavam ser trabalhados para o efetivo desenvolvimento da vocação turística, em específico, os respondentes discorreram que o envolvimento do habitante do município no desenvolvimento da atividade é baixo. Além do baixo engajamento da população, também citaram a baixa participação da iniciativa privada, entre outros.

Todas essas questões envolvendo a atividade turística, levaram a maior parte dos entrevistados a analisar o turismo praticado no município como regular ou ruim (51% dos entrevistados). Concluindo, observou-se que grande parte da população entende a atividade turística planejada e organizada como importante para o desenvolvimento da cidade, para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população. Porém da forma como a atividade vem sendo trabalhada não tem alcançado os resultados esperados para o município. Para tanto, expressam que é preciso mais união e engajamento da população, da iniciativa privada e do poder público.

Na pesquisa fica claro, ainda, que a ausência de organização e planejamento da atividade turística e dos atrativos do município provoca certa desordem na cidade influenciando negativamente a própria atividade e seus benefícios. Por fim, com tudo isso, a própria percepção dos habitantes em ter a atividade turística como mola propulsora do desenvolvimento da cidade não encontra muita receptividade por parte dos moradores locais. Nas palavras dos próprios entrevistados “a cidade fica apertada, muita gente visitando, gera lixo e perturbação”. Esses fatores minam os esforços de fazer a população local entender o turismo como importante atividade econômica.

3.2. Conceição da Barra-ES: é preciso ir além de um amor de verão

O município de Conceição da Barra está localizado na região nordeste do Estado do Espírito Santo a, aproximadamente, 250 km de distância da capital Vitória. É considerado um dos mais antigos municípios do Estado na qual portugueses e indígenas estabeleceram, na foz do Rio Cricaré, um núcleo populacional, com o nome de Barra por volta de 1537. Posteriormente, elevada à condição de cidade, passou a se chamar Conceição da Barra. A principal via de acesso terrestre é a BR 101 e possui um clima tropical. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população estimada do município em 2020 foi de aproximadamente 31.273 habitantes.

O levantamento realizado pelo SESC-ES conversou com um público bastante diverso. Foram cerca de 40 formadores de opinião na sede do município entre eles, empresários, profissionais liberais, associações, instituições religiosas e agentes públicos (vereadores, polícia militar e secretários municipais).

A pesquisa no município de Conceição da Barra apontou que para 97% dos entrevistados o turismo é considerado uma das principais atividades econômicas do município. Em segundo lugar apareceu a atividade pesqueira apontada por 78% dos respondentes como uma das principais atividades econômicas de Conceição da Barra. Quando questionados dentro do contexto socioeconômico os principais pontos que precisam ser trabalhados para melhorar o desenvolvimento do município, 59% citaram a participação da iniciativa privada. Outros 57% afirmaram que a divulgação precisa ser mais bem trabalhada.

Mais uma vez, sobre as instituições, independente de serem públicas ou privadas, que são mais atuantes em Conceição da Barra, a Prefeitura Municipal, citada por 49% dos respondentes, e a Alcon (Companhia de Álcool de Conceição da Barra, empresa privada) em segundo lugar, citada por 30% dos entrevistado, foram consideradas as mais atuantes.

Os entrevistados foram unânimes (100%) em afirmar que o turismo é uma vocação econômica do município, uma inclinação natural devido aos seus recursos naturais e culturais e as possibilidades de aproveitamento para a atividade. No entanto, ao analisarem a atividade do turismo que vem sendo praticada no município, 79% dos entrevistados avaliaram como regular, ruim ou péssimo. De forma geral, observou-se que as pessoas entendem a atividade turística planejada e organizada como importante para o desenvolvimento da cidade, para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população. Porém, da forma como a atividade vem sendo trabalhada não tem alcançado os resultados esperados para o município. Ou seja, os respondentes entendem o turismo como uma alavanca de desenvolvimento econômico da cidade, mas sinalizaram que para isso precisa de união e engajamento da população, da iniciativa privada, do poder público e promoção e divulgação.

Para os entrevistados, o município que no passado era uma das maiores referências do carnaval capixaba, passou por uma revitalização e as obras de infraestrutura realizadas na cidade já proporcionaram um entusiasmo na população local, porém tem ainda muito potencial a ser desenvolvido. O ciclo de vida da sede do município teve seu desenvolvimento e consolidação turísticas nas décadas de 80 e 90. A partir dos anos 2000 houve o declínio, em parte devido ao problema ambiental que a cidade enfrentou, porém a elevada dependência do turismo de “sol e praia” e a falta de visão de futuro (planejamento) e conseqüentemente uma estratégia forte para a mudança de imagem do destino promoveu o seu declínio.

Nesse contexto, pontuam que projetos são necessários para que tragam o engajamento dos agentes públicos e privados. Uma iniciativa bastante citada que foi organizada pelos empresários do município é o Festival do Camarão de Conceição da Barra que, em 2023, vai para sua oitava edição. Um evento que vem se consolidando como um dos melhores festivais gastronômicos do Estado e conseguiu unir os interesses das duas principais atividades econômicas da cidade, que são o turismo e a pesca. Outro ponto a se destacar é que o município possui uma outra referência de turismo que é o distrito de Itaúnas, que é um Parque Estadual de Dunas, com um visual rústico e também charmoso, com grande potencial para ser explorado como atrativo turístico.

4. Considerações Finais

Como uma das atividades mais atingidas pelos efeitos da pandemia do Covid 2019, o turismo mundial se viu diante de um momento de grandes perdas e de ressignificação. Com as medidas restritivas de circulação de pessoas e de isolamento social, o negócio turismo ficou inicialmente de mãos atadas e sem opções para funcionar. Procedimentos e processos precisaram ser revistos e os esforços empenhados foram elevados à máxima potência. Segundo dados da Revista de Estatísticas Turísticas, do Ministério do Turismo do Brasil (2021), a perda no período mais crítico foi enorme e o faturamento do turismo brasileiro encolheu cerca de 60%.

No entanto, passado esse momento, sua capacidade de reação foi melhor que o esperado. Logo após o início da liberação das medidas restritivas, a atividade mostrou uma retomada quase heróica puxada pelo atendimento à demanda reprimida e favorecida pela limitação das viagens internacionais, o que induziu fortemente o turismo interno. A atividade passou a ter crescimentos de dois dígitos que permitiram recuperar os prejuízos e a partir de determinado momento passou a deslocar a curva de desempenho para cima. Atualmente, segundo dados divulgados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Espírito Santo (FECOMÉRCIO-ES) no mês de abril de 2023, o volume de atividades turísticas do Espírito Santo já ultrapassou em 12% o patamar registrado no pré-pandemia (fevereiro de 2020).

No contexto de curto prazo, num momento de dólar mais alto e de orçamentos mais apertados, as atenções se voltaram para as viagens mais curtas e terrestres. Ou seja, o cenário continua favorável ao contexto local, mas necessita do redirecionamento de ações para incrementar os potenciais turísticos pois é notório que a atividade retomou um ritmo mais tradicional, reagindo aos estímulos característicos de alta e baixa temporada. Além disso, com a forte recuperação no pós-pandemia e o deslocamento da curva

para um patamar mais alto, serão necessários esforços ainda maiores para dar continuidade ao crescimento. Se por um lado o período de altas de dois dígitos chegou ao fim, por outro, muitas oportunidades foram surgindo.

O entendimento do turismo como atividade econômica capaz de trazer desenvolvimento econômico e social para um território não é uma tarefa simples, nem em condições ditas normais. Em seus processos de formação econômica, as vocações existentes foram tomando seu lugar e ganhando peso nas economias de acordo com o modelo adotado pelos governos ao longo do tempo. Porém além de políticas públicas eficientes é necessária uma combinação de vários outros fatores que, para o turismo por sua característica transversal e complexa, é um “trabalho trabalhoso”. Mais do que um desejo de ser desenvolvida em dada sociedade, a implementação de uma atividade econômica seja ela vocacional seja potencial requer a realização de procedimentos e práticas sociais e políticas, sobretudo cooperação, instituições adequadas, inovações pertinentes e eleição de prioridades. Como afirma Fernandes (2007):

Os conflitos advêm dos diversos atores envolvidos na atividade turística – comunidade local, empresários, turistas, pesquisadores, administradores, ambientalistas, mídias e pesquisadores -, cujos interesses se contrapõem, e os problemas são gerados pelos impactos causados pelo turismo no espaço geográfico. Dessa forma, é preciso que o turismo seja entendido como política pública, já que, mesmo englobando interesses individuais e privados, lida com o interesse coletivo. Esses problemas e conflitos devem ser mediados.

A multidisciplinariedade do turismo requer disciplina e organização no desenvolvimento da atividade nos níveis local, regional e nacional, traduzindo o que seria o papel do governo com suas políticas públicas. Por outro lado, uma inovação seria se desprender um pouco da esfera basicamente pública e partir para aspectos de governança mais dinâmicos e privados, envolvendo de forma mais atuante a comunidade empresarial turística. Numa palavra, é preciso ultrapassar a noção de *trade* e rumar para o conceito de “sistema” ou de “ecossistema”.

As políticas públicas vêm e vão; entra governo, sai governo, muitas delas são descontinuadas interrompendo o processo de construção. Nesse sentido, uma governança empresarial cada vez forte, estruturada e organizada, se torna um caminho para garantir a continuidade dessas políticas públicas. Em suma, as governanças pública e privada são complementares.

Na definição de papéis e responsabilidades, a governança empresarial tem que estar devidamente alinhada nos objetivos e na visão de turismo que ela quer imprimir naquele território e quais os esforços serão empenhados. Talvez é chegada a hora do poder público (governança pública) assumir um papel mais estratégico e menos operacional e dos atores empresariais assumirem cada vez mais o protagonismo. Dessa forma, o setor poderá sofrer menos com os impactos das mudanças governamentais nas várias esferas.

Assim também deve ser a expectativa no quesito recurso financeiro. Como acontece para outras atividades econômicas, os incentivos são importantes porém, não cabe mais para o momento uma dependência intrínseca. O poder público deve ter a responsabilidade pelos investimentos em infraestrutura, suporte institucional e incentivos na promoção de atrativos turísticos para proporcionar a vinda dos visitantes, mas cabe ao privado se articular e consolidar as ideias e ações prioritárias. Se não houver uma dinâmica nesse sentido, todos os esforços poderão ser subutilizados assim como aconteceu no processo de industrialização do Espírito Santo na década de 80.

A dotação de infraestrutura, o financiamento e a política de fomento – fatores emanados das esferas de governo – apenas alargam as possibilidades e horizontes, mas o desenvolvimento efetivo, seu conteúdo, sua forma, seu ritmo e sua capacidade de autossustentação no longo prazo resultam da capacidade empresarial de conceber e implantar arranjos “institucionais” de atores que sejam capazes de empreender permanentemente as “combinações de fatores” (inovação).

O turismo no Espírito Santo, assim como em todo o mundo, pode representar uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social para todos os territórios. E pode ser ainda mais importante para municípios remotos, que não possuem uma vocação determinada ou que já tenham esgotadas outras possibilidades. Um exemplo seria para aqueles que não conseguem desenvolver atividades como agricultura ou indústria, mas possui belos recursos naturais.

Mas a atividade turística como indutora do desenvolvimento depende não somente da existência dos recursos naturais e culturais e de um fluxo orgânico de pessoas; muito menos somente de investimentos financeiros. É necessária a ação conjunta dos atores envolvidos, integrando a população local, a iniciativa privada e o poder público. É necessário o comprometimento com os papéis e as responsabilidades, assim como objetivos bem definidos.

As reflexões e os exemplos trazidos por esse artigo possibilitam concluir que somente assim será alcançado o sucesso dos esforços empenhados para elevar o nível de atratividade e competitividade do turismo do Espírito Santo. E, dessa forma desenvolver o potencial turístico tão desejado ao longo de 20 anos de modo a transformar o Estado, efetivamente, em um destino turístico conhecido no Brasil e no mundo. No centro dessa problemática se faz presente a necessidade de uma nova governança que se posicione abaixo da atuação do governo do Estado, mas que se coloque acima dos interesses legítimos das diversas corporações que fazem a gestão dos interesses privados dos diversos segmentos da longa e complexa cadeia produtiva do turismo. Quanto mais atuante for a governança de um ecossistema do turismo, maiores serão as chances de que o turismo realize o potencial inscrito numa vocação.

Referências

- BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização do Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- CAÇADOR, Sávio Bertochi; GRASSI, Robson Antônio. **A Evolução Recente da Economia do Espírito Santo: Um Estado Desenvolvido e Periférico?** Anais do 37º Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-bb55edea8d55d858feb624d6b49f0d.pdf>. Foz do Iguaçu: 2009.
- CETUR-CNC. **Turismo no Brasil: uma história de resistência e conquistas**. Disponível em: <https://turismonobrasil.cnc.org.br/livro.pdf>. São Paulo: Editora Inbook, 2022.
- CONRADO, Fernando. [Sem título]. Post de 10 de maio de 2023. Instagram: @fernandoconrado. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsFKyfSOFp-/?igshid=YzcxN2Q2NzY0OA==>. Acesso em 02 de maio de 2023.
- DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUSTENTÁVEL (DRS). Disponível em: <http://drs.ijsn.es.gov.br/>. Acesso em 20 de junho 2023.
- EMBRATUR (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo). **A nossa história**. Disponível em: <https://embratur.com.br/historia/>. Acesso em: 17 de maio de 2023.
- ESPÍRITO SANTO, 1975. Lei Ordinária 2.997/75. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=7902>. Acesso em 15 de maio de 2023.
- FECOMÉRCIO-ES. **Atividades turísticas crescem no ES em 2023 e setor acumula alta de 3,1% em quatro meses**. Disponível em https://fecomercio-es.com.br/assetmanager/assets/comunicacao/5.IATUR_jun23.pdf. Acesso em 03 de julho de 2023.
- FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues. **A inserção do espaço geográfico no planejamento nacional do turismo**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da Universidade Federal de Brasília. Brasília, 132p., 2007.
- GOMES, Rafael Lucchesi. **Vocação x potencialidades: uma questão de percepção**. LinkedIn: 2016. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/voca%C3%A7%C3%A3o-x-potencialidades-uma-quest%C3%A3o-de-percep%C3%A7%C3%A3o-rafael-gomes>. Acesso em 25 de junho de 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 23 de junho de 2023.
- IBMEC. **Vocação profissional: como saber que carreira seguir?** 14 de maio de 2021. Disponível em: [Vocação profissional: qual carreira seguir? - Ibmec Insights](https://www.ibmec.com.br/pt-br/insights/vocacao-profissional-qual-carreira-seguir). Acesso em 08 de maio de 2023.
- IDTM. Indicador de Desenvolvimento Turístico nos Municípios do Espírito Santo. Publicado em 2020. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/relatorios/indicador-do-desenvolvimento-turistico-dos-municipios-do-espírito-santo>. Acesso em 27 de maio de 2023.
- LIRA, Iván Silva e ESCUDERO, Carlos Sandoval. **Metodología para elaboración de estrategias de desenvolvimento**. Santiago: Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Económico e Social, 2012.
- MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2023. Disponível em: <https://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em 23 de junho de 2023.
- MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL. Revista Dados & Informações do Turismo no Brasil - 2ª Edição/2021: **O impacto da pandemia de COVID-19 nos setores de Turismo e Cultura do Brasil**. Disponível em: <http://dadosefatos.turismo.gov.br/revista.html>. Acesso em 03 de julho de 2023.
- MOESCH, Marutschka Martini. **O domínio material e conceitual do turismo**. Anais do II Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. São Paulo, 2005.
- MOTA, Fernando César Macedo. **Política Industrial e Instituições locais: a importância de uma política científica e tecnológica para a (re)estruturação industrial do estado do Espírito Santo**. Vitória, ES: UFES, 1997.
- MOTA, Fernando César Macedo. **Integração e Dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)**. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.
- MÜLLER, Dalila *et al.* **O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970**. Book of proceedings vol. I. International conference on tourism & management studies, p. 692-700. Algarve: 2011.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 2025. Disponível em: <https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Publicacoes/Outras/Planos/2025.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

ROCHA, Haroldo Corrêa, COSSETI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição das indústrias do Espírito Santo – 1850 a 1930**. Vitória, ES: NEP/UFES, 1983.

ROCHA, Haroldo Corrêa e MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória, ES: FCAA, 1991.

SANTOS, Marivan Tavares. **Fundamentos de turismo e hospitalidade**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

SANTOS, Saulo Ribeiro. **Revisitando conceitos sobre políticas públicas e gestão do turismo em cidades**. Revista de Turismo Contemporâneo (RTC), v. 4, n.2, p.286-306. Natal: 2016.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESPÍRITO SANTO (SETUR-ES). Disponível em: <https://setur.es.gov.br/regioes-turisticas-do-es>. Acesso em 29 de maio de 2023.

SESC-ES. Relatório de pesquisa levantamento de informações sociais, econômicas, turísticas e culturais e do município de Domingos Martins (pesquisa interna) (não publicado). Vitória, ES: 2017.

SESC-ES. Relatório de pesquisa levantamento de informações sociais, econômicas, turísticas e culturais e do município de Conceição da Barra (pesquisa interna) (não publicado). Vitória, ES: 2017.

SILVA, Kely Cristina Mendes. **A importância do turismo para o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo**. 2004. Monografia apresentada ao Curso de Economia. Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, ES: 2004.

SILVEIRA, Deise Mari Pereira. **Atitudes dos residentes quanto ao desenvolvimento do turismo: uma análise do destino turístico Balneário Camburiú/SC – Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Balneário Camburiú, 123p., 2016.

VOCAÇÃO. *In*: DICIO, Dicionário online de Português. Oxford Languages, 2023. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em 8 de maio de 2023.